

SETEMBRO 2018

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



P.10 À P.13 - CONFERÊNCIA DE BRAGANÇA:
PAPEL DO PROFESSOR TEM DE SER MAIS
VALORIZADO

Machadada na carreira docente

NÃO NOS DEIXAMOS ENGANAR!

P.3 À P.9

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.14 - OS OUTROS DA EDUCAÇÃO... ESQUECIDOS EM QUESTÕES ESSENCIAIS... | P.15, P.16 - FNE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA EM BRUXELAS | P.17 - CONFERÊNCIA DO CSEE SOBRE SINDICATOS E NECESSIDADES PROFISSIONAIS DOS PROFESSORES | P.18, P.19 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA. SETEMBRO DE 2018

Editorial



PREPARAR UM CONGRESSO EM LUTA

Estamos a pouco menos de um mês do XII Congresso da FNE. E estamos ao mesmo tempo envolvidos numa luta muito séria pela qualidade da educação. Isto faz com que o nosso Congresso tenha de constituir uma etapa significativa de afirmação do que entendemos por uma escola de qualidade.

Ao começarmos este ano letivo, os educadores e professores portugueses retomamos com toda a determinação a luta por objetivos que se prendem com o reconhecimento das condições essenciais para desenvolvermos a nossa atividade profissional. Não se trata apenas do direito que a lei já estabelece quanto à recuperação integral do tempo de serviço congelado e que o Governo continua a ignorar. Trata-se ainda da organização do tempo de trabalho profissional que continua a ser largamente excedido todas as semanas, e desde logo particularmente neste novo ano letivo com a nova legislação já publicada a exigir que apressadamente se dê resposta ao que foi agora estabelecido. Trata-se ainda da ausência de reconhecimento do desgaste físico, psíquico e psicológico, a que se associa um indesejável envelhecimento do corpo docente, o que deveria ter efeitos em novas normas de acesso à aposentação.

Por outro lado, os trabalhadores não docentes continuamos a iniciar um novo ano letivo com uma insuficiência de Funcionários em cada escola que não permite uma resposta de qualidade para os nossos alunos. Não se dão passos concretos no reconhecimento destes trabalhadores, nomeadamente através da definição das carreiras especiais que têm de ser concretizadas, como o determina Resolução da Assembleia da República nesse sentido.

Estes são apenas dois tópicos do que deve ser a nossa mensagem do Congresso para a Sociedade. No nosso Congresso, em 20 e 21 de outubro, vamos definir a nossa orientação estratégica para o período de 2018 a 2022, numa escola prestigiada que valoriza os seus profissionais.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

fne

GREVE

dos
Professores
e Educadores

1 out.

Lisboa
Santarém
Setúbal

2 out.

Portalegre
Évora
Beja
Faro

3 out.

Coimbra
Aveiro
Castelo
Branco
Guarda
Leiria
Viseu

4 out.

Porto
Braga
Viana do
Castelo
Bragança
Vila Real
RA Açores

Não nos roubarão!
9 ANOS, 4 MESES E 2 DIAS

Manifestação Nacional

5 de Outubro
Dia Mundial do Professor

- NÃO AO APAGÃO!
- APOSENTAÇÃO DIGNA
- CONDIÇÕES DE TRABALHO
- HORÁRIOS JUSTOS
- NÃO À PRECARIIDADE!

Em defesa da Carreira Docente!
JUSTIÇA e RESPEITO!



15H00
LISBOA

Alameda Afonso Henriques



942

SÓ QUEREMOS
AQUILO QUE É NOSSO!



FNE:

"O Governo não cumpre o que a lei determina"



Uma delegação da Federação Nacional da Educação (FNE) constituída pelo Secretário-Geral (SG) João Dias da Silva, pela Vice Secretária-Geral Lucinda Dâmaso, pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, José Eduardo Gaspar, Maria José Rangel e Gabriel Constantino e restantes organizações sindicais estiveram, na tarde de 7 de setembro, reunidos no Ministério da Educação (ME) para retomar o processo negocial sobre as condições de recuperação do tempo de serviço congelado.

Esta reunião representou um retrocesso estrondoso relativamente ao cumprimento do que a Declaração de Compromisso estabelecia sobre a recuperação do tempo de serviço dos professores.

A FNE partiu para esta reunião "à procura de encontrar uma forma consensual, negociada, de forma a cumprir a lei e o tempo de serviço congelado, garantindo formas de sustentabilidade para o Orçamento de Estado (OE). Tínhamos propostas que ofereciam possibilidades de caminho sem problemas de execução orçamental para os próximos anos. Mas o Ministério da Educação mostrou-se inflexível e recuperou a proposta apresentada em março de 2 anos, 9 meses e 18 dias", afirmou João Dias da Silva à saída da reunião.

A partir de janeiro de 2020 todos os funcionários da função pública voltam a estar posicionados no ponto de carreira a que têm direito, independentemente do congelamento, mas para o Governo isto não pode ser

aplicado aos professores. Para o SG da FNE "isto é inaceitável e mais, para nós o Governo está a cometer uma ilegalidade porque não cumpre a lei do OE, nem o que ficou estabelecido na Declaração de Compromisso. Aliás, há várias matérias aí referidas que não foram cumpridas

Desde logo, a situação dos professores indevidamente retidos no primeiro escalão é uma dessas situações.

Saiu legislação publicada em 4 de maio mas ainda não foi aplicada, o que faz com que os professores reposicionados ainda não tenham tido direito ao efeito remuneratório deste reposicionamento e o Governo hoje não soube dizer quando irá cumprir este efeito remuneratório.

fne



SÓ QUEREMOS O QUE É NOSSO!

Outra matéria refere-se ao desgaste da profissão docente, procurando-se mecanismos que reduzam esses efeitos e melhorem o trabalho e as condições de aposentação dos professores sendo que "também nisto o Ministério se recusa a avançar com qualquer proposta" com João Dias da Silva a acrescentar ainda que "há insuficiências no Despacho de organização do ano letivo, nomeadamente no tempo de trabalho pedido aos professores com estes a ultrapassarem sistematicamente os limites de tempo, principalmente na componente não letiva de estabelecimento" disse o SG da FNE.

A FNE reitera que continua tudo como dantes, logo, continua tudo mal. Prossegue o desrespeito pelo trabalho dos professores acrescido este ano com "novas leis que vieram trazer às escolas novas e desconhecidas responsabilidades ao nível da operacionalidade da escola inclusiva, da organização curricular dos ensinos básicos e secundário, exigindo mais tempo e reuniões aos professores, o que faz com que o tempo de trabalho dos docentes seja permanentemente ultrapassado", afirmou João Dias da Silva.

Relativamente às iniciativas que se vão seguir como protesto contra esta decisão do Governo, o SG da FNE disse que "esta insatisfação vai-se refletir numa sucessão de plenários em todas as escolas do país na semana de 17 a 21 de setembro.

Nesses plenários os professores vão debater a situação atual e decidir o que podem ser outras formas de luta. Mas vamos também avançar com uma greve de 1 a 4 de outubro de modo regional. A 5 de Outubro vamos realizar uma enorme manifesta-

ção de professores em Lisboa e estaremos junto à Assembleia da República (AR) na data em que o Governo estiver a apresentar a sua proposta de Orçamento de Estado, assim como no dia em que o Ministro da Educação estiver também na AR para discutir a parte da Educação no OE2019", anunciou.

Basta de desconsideração pelos professores. Vamos exigir que a lei seja cumprida, vamos exigir respeito. Nós não nos calamos e não desistimos.



FNE:

«O Ministério continua inflexível. Isto para nós é inaceitável»



Decorreu a 28 de setembro, nas instalações do Ministério da Educação (ME), em Lisboa, uma reunião durante a qual foi apreciado um projeto de legislação em que o ME pretende impor a recuperação de 2 anos 9 meses e 18 dias, em vez do que a lei estabelece quanto ao direito à recuperação integral do tempo de serviço congelado - 9 anos, 4 meses e 2 dias.

Mas a delegação da FNE composta pelo Secretário-Geral João Dias da Silva, pela Vice Secretária-Geral Lucinda Dâmaso, pelo Presidente da FNE Jorge Santos e pelos Secretários Nacionais Josefa Lopes, Maria José Rangel e Pedro Barreiros, esbarrou na intransigência do Governo em cumprir aquilo que a lei estabelece e no que é a sua perspetiva relativamente ao tempo que pode ser recuperado de todo o tempo que esteve congelado.

Para João Dias da Silva, "**é claro para nós que todo o tempo de serviço congelado tem de ser recuperado e também muito claro para nós que o Governo não pode compactar esse tempo em 2 anos, 9 meses e 18 dias. Não se pode 'varrer' da vida dos professores todo este tempo em que os professores trabalharam com resultados verificados.**"

É por isso que a FNE mantém a disponibilidade para num processo negociado garantir que os 9 anos, 4 meses e 2 dias são inteiramente recuperados. Mantemos a flexibilidade para dentro dos termos da lei chegarmos a uma formulação para o que deve ser a recuperação desse tempo de serviço como seja na utilização desse tempo na antecipação da aposentação ou ainda através da utilização de fatores que permitam aos professores acederem aos 5º e 7º escalões sem estarem sujeitos ao regime de vagas.

Para o Secretário-Geral da FNE é visível que existe da parte das organizações sindicais disponibilidade para encontrar soluções, para encontrar formulações diferentes para se trabalhar sobre o prazo e o modo. O Ministério continua inflexível. Isto para nós é inaceitável. É por isso que de 1 a 4 estaremos todos em greve. E no dia 5 de outubro estaremos todos na grande Manifestação Nacional que irá dizer ao Governo que os professores não desistem", afirmou a concluir.





FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Assunto: projeto de diploma que materializa a proposta de recomposição da carreira docente por efeitos da recuperação do tempo de serviço congelado

1. O Ministério da Educação apresentou em 26 de setembro de 2018 um documento como proposta de diploma que visaria a materialização da recomposição da carreira por efeitos da recuperação do tempo de serviço congelado.
2. O documento apresentado não respeita nem o conteúdo da Declaração de Compromisso assinada em 18 de novembro de 2017, nem a Lei do Orçamento de Estado para 2018, nem a Resolução da Assembleia da República nº 1/2018.
3. O documento agora apresentado retoma inflexivelmente o princípio já anunciado pelo Governo em 28 de fevereiro passado, de apenas recuperar 2 anos, 9 meses e 18 dias, agora em situação ainda menos favorável, contrariando desta forma o conteúdo da reunião com o Ministro da Educação em 11 de julho, em que foi afirmado por este que se reconhecia estar a ser feito um caminho de aproximação entre as partes.
4. Discordamos dos pressupostos em que assenta o projeto de diploma e que constam do respetivo preâmbulo, como adiante se definirá.
5. Registamos particularmente neste preâmbulo uma afirmação que indevidamente nega que nomeadamente a FNE só tenha suscitado a questão da recuperação integral do tempo de serviço congelado no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2018. Com efeito, aquele preâmbulo assinala que “Questão diversa do descongelamento é a da recuperação do tempo de serviço, cuja não contagem foi determinada pelas sucessivas leis de Orçamento do Estado desde 2011 até 2017. Este é um tema relativamente ao qual o XXI Governo Constitucional não estabeleceu nenhum compromisso no seu Programa e que foi colocada pelos sindicatos apenas no contexto do debate da Lei de Orçamento de Estado de 2018.”
6. Ora, uma afirmação desta natureza omite que, pelo menos a FNE suscita desde 2016 a questão da recuperação integral do tempo de serviço congelado, o que consta de documentos públicos e de tomadas de posição sobre esta matéria assumidas nos mais diversos contextos, entre os quais se integra a entrega na Assembleia da República da Petição “Descongelar...JÁ”, em 26 de novembro de 2016.

- 7.** A FNE lembra ainda que se bateu sempre contra a determinação dos sucessivos períodos de congelamento das carreiras na Administração Pública, considerando iníqua a medida, desproporcionada e desvalorizadora destes Trabalhadores e da sua importância na sociedade.
- 8.** Nas reuniões que foi mantendo com o atual Governo, a FNE sempre referiu que o descongelamento das carreiras teria de ter sempre como pressuposto a recuperação de todo o tempo de serviço congelado, garantindo-se que deste processo não resultam ultrapassagens.
- 9.** O documento do Governo recupera o artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2018, sublinhando que o mesmo remete a “expressão remuneratória do tempo de serviço... é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis.”. Ora, esta formulação não deixa dúvidas sobre o âmbito da negociação, isto é, a definição do prazo e do modo para a recuperação do tempo de serviço congelado.
- 10.** Ora, o que acontece é que nas reuniões até agora realizadas o Governo se manteve na perspectiva de que o que estaria em discussão seria a quantidade de tempo a recuperar, não passando nunca à discussão do que efetivamente deveria ser discutido, ou seja, o prazo e o modo para essa recuperação.
- 11.** O documento do Governo afirma que assenta num racional claro de reconhecer aos docentes o equivalente a 70% de um escalão tipo da sua carreira, o que seria idêntico ao que acontece às carreiras gerais que teriam um módulo padrão de progressão de 10 anos, o que não corresponde ao que em concreto se verifica em relação a estes trabalhadores. A verdade, no entanto, é que no caso das carreiras gerais da administração pública todo o tempo de serviço congelado é recuperado, não ficando qualquer parcela por recuperar, o que consideramos justo.
- 12.** O documento do Governo é injusto e discriminatório, violando o princípio da igualdade, nomeadamente no que diz respeito aos docentes que estão nos 9º e 10º escalões, uma vez que para estes não há recuperação de qualquer tempo de serviço congelado.
- 13.** O documento do Governo, ao prever a recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias apenas no escalão para que os docentes progridam a partir de 1 de janeiro de 2019, introduz um fator de distorção que suscita situações de ultrapassagem.

Proposta da FNE

14. É proposta da FNE que a negociação para a recomposição da carreira deve respeitar o princípio de que todo o tempo de serviço congelado deve ser considerado e recuperado – 9 anos, 4 meses e 2 dias.

15. É proposta da FNE que a recuperação integral do tempo de serviço congelado – 9 anos, 4 meses e 2 dias - deve ocorrer entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2023.

16. Assim, aos docentes de carreira dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, cuja contagem de tempo de serviço esteve congelada entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007 e entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017, são contabilizados os seguintes módulos de tempo de serviço, a terem efeito no escalão em que estão integrados:

a) em 1 de janeiro de 2019, 2 anos, 9 meses e 18 dias;

b) em 1 de janeiro de 2020, 2 anos;

c) em 1 de janeiro de 2021, 2 anos;

d) em 1 de janeiro de 2022, 2 anos;

e) em 1 de janeiro de 2023, 6 meses e 14 dias

16.1. Nos casos em que pela aplicação da norma referida se verifique mudança de escalão, o tempo remanescente será considerado no novo escalão a que o docente aceder.

17. Aos docentes poderá ser reconhecido o direito de optarem pela conversão de todo ou parte do tempo de serviço congelado, no acesso aos 5º e 7º escalões, para efeitos da dispensa do requisito de vaga.

18. Os docentes poderão optar pela utilização de uma parte daqueles módulos para efeitos de antecipação da aposentação, sem penalizações. Assim, o docente poderá optar pela conversão da totalidade ou de parte do tempo de serviço congelado, para efeitos de aposentação, o qual seria adicionado à idade respetiva, de forma a permitir o acesso à aposentação, sem penalização, desde que dessa forma perfizesse os requisitos em vigor para o efeito.

Lisboa, 28 de setembro de 2018

CICLO DE 2018 CONFERÊNCIAS

Educação e Formação
para um desenvolvimento
sem desigualdades

**Porto | Funchal | Faro | Ponta Delgada | Évora
Coimbra | Braga | Viseu | Bragança | Lisboa**



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA



Conferência de Bragança

Papel do Professor tem de ser mais valorizado



A necessidade de dar ainda maior relevo ao papel do professor na Sociedade foi uma das linhas dominantes da conferência sobre "Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades", que decorreu em 22 de setembro de 2018, na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT), do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), em Mirandela.

A sessão de abertura da Conferência de Bragança coube ao Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva (JDS), Sónia Nogueira (Subdiretora da EsACT) e ao SG da UGT, Carlos Silva.

O Secretário-Geral da FNE fez o enquadramento da iniciativa e lembrou que esta foi a sexta conferência (faltando ainda Lisboa, Braga e Viseu) que a FNE está a promover em todo o país desde janeiro deste ano, em parceria com a UGT, CEFOSAP, ISCTE-IUL, CBS e UFP.

Em sua opinião precisamos de um desenvolvimento sustentável, quer a nível pessoal, coletivo e económico: "Temos grandes desafios na Educação e Formação pela frente. Os portugueses possuem uma escolari-

dade média de 8º ano, temos ainda 500 mil analfabetos e precisamos de mais intervenção cívica, o que exige mais qualificações".

Por outro lado, temos de ter profissionais motivados, reconhecidos e valorizados, o que obriga a uma profunda atratividade da carreira. Mas a realidade é que temos problemas graves na profissão, como seja uma grande necessidade de rejuvenescimento do corpo docente nas escolas.

Por seu lado, Sónia Nogueira recordou que "a cidadania também tem que ver com mudança e com o estarmos preparados para ela".

Carlos Silva, aludindo às potencialidades do interior, referiu que "Trás-Os-Montes também exporta pessoas, e não só alheiras e bom azeite. Este ano, a UGT comemora 40 anos e a partir de janeiro de 2019 vamos percorrer as capitais de distrito e levar a nossa mensagem e solidariedade a todo o país".





Rui Nunes foi o primeiro conferencista a usar da palavra, centrando-se no tema da "Educação para uma Cidadania Responsável". Começando por afirmar que temos um país muito diferente do de há 40 anos atrás, elogiou algumas das nossas grandes conquistas, como é o caso do Serviço Nacional de Saúde português, que está à frente do inglês, italiano ou espanhol, ou do nosso segundo lugar mundial no sistema de transplantes, querendo os portugueses "um país de vanguarda".

O orador realçou de seguida que o capital humano é o principal recurso do nosso país: "Há muitas desigualdades à nascença, pois nem todos têm a mesma sorte na lotaria da vida e na lotaria social. É por isso que a escola tem um papel preponderante e é preciso dignificar a profissão docente e aquilo a que chamamos o salário emocional, ou seja, os estímulos, a motivação, a consideração, a valorização da condição dos professores".

Rui Nunes frisou que temos obrigação de deixar um melhor sistema de educação aos nossos filhos e ser contra qualquer ortodoxia do pensamento: "O homem é um ser livre e não aceitamos mais que nos imponham uma certa visão do mundo, pois queremos fazer as nossas próprias escolhas".

O exercício individual da liberdade ética é para ele fundamental: "Cada um deve cumprir-se a si mesmo: temos de desenhar uma sociedade em que cada um de nós tenha as mesmas oportunidades. Temos dado passos seguros nesta matéria

nas últimas décadas: na educação para a saúde, na educação financeira, na educação para o exercício físico ou na educação para uma alimentação saudável. Mas falhámos na qualidade de vida da população sénior. Queremos um envelhecimento ativo, positivo, responsável, de qualidade, porque daqui a uns anos vamos viver acima dos 100 anos. Mas há desafios a ultrapassar: Portugal tem o maior consumo de álcool per capita do mundo".

Rui Nunes não se cansa de valorizar o papel da Educação e dos professores na sociedade de hoje e do futuro: "Estamos no Top 5 mundial da literacia em saúde, precisamos de uma boa educação sexual, de muita informação e aconselhamento em matérias como o endividamento das famílias (onde o Estado tem de dar o exemplo), uma ética financeira, uma educação para o trabalho (que deve começar aos 14 anos), um bom planeamento familiar ou sobre contraceção (de emergência ou não).

Não podemos esquecer que a maior pressão sobre o ser humano é a pressão para a reprodução".

Porém, lembra o catedrático de Medicina, todos os recursos são escassos e temos de os saber usar, até porque hoje "formamos cosmocidadãos, para uma Cidadania global".

Acácio Lopes (professor em Bragança), Patrícia Bernardo (doutoranda em Ciências Sociais e da Educação) e Jorge de Almeida Castro (académico e Diretor da Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro) comentaram a intervenção de Rui Nunes. Acácio Lopes notou que as gentes do interior, incluindo os professores, deveriam "estar protegidos pelos Direitos do Homem" e confidenciou não entender por que razão não se considera a recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes portugueses.

Patrícia Bernardo realçou que precisamos de trabalhar vários aspetos relacionados com a Igualdade, que a Educação e formação são um recurso de valor ilimitado e que os Valores são caros aos professores e formadores. Referindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, Jorge de Almeida Castro referiu que 2020 ficou muito aquém do que esperávamos e que na Cidadania distingue a profissionalidade docente, que ele deseja ser um meio para pôr tudo a mexer. Perguntando-se: "Como vamos cumprir o 10º ODS?" deu ele mesmo a resposta: "Os professores têm de passar a ser Património da Humanidade".



Sofia Bergano (docente do IPB) foi a segunda conferencista convidada, discorrendo sobre "Educação para a Igualdade de género: conquistas e desafios", centrando a sua comunicação numa reflexão sobre o papel da educação na promoção da igualdade de género e sobre a importância que tem tido na afirmação do papel social das mulheres na sociedade portuguesa nas últimas quatro décadas.

Para esta investigadora, que gosta muito da palavra Educador, a escola pública tem feito um grande trabalho na promoção da igualdade de género, mas há ainda muito por fazer, seja nos percursos formativos, seja nas áreas da Educação e do Cuidado, seja nas representações que os jovens e adultos têm em relação aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

No entanto, considera que as mulheres foram as mais privilegiadas no processo de democratização do acesso à educação. Um outro desafio é dar visibilidade às mulheres na História da Ciência e questionar a veiculação de um paradigma científico tendencialmente androcêntrico.

Neste particular, recordou que devemos ajudar os alunos a formar as suas escolhas académicas e profissionais, temos que pensar em novos modelos de organização social ("a maior parte dos presidentes de associação de estudantes são homens"), discutir a questão da ambição política, profissional ou académica ("há mais homens na mobilidade internacional"), conciliar a vida profissional e familiar ("deve começar no pré-escolar"), ainda promover a igualdade de género em questões de cidadania ou analisar questões éticas emergentes na ciência e na técnica através da lente do género.

Um outro desafio é o de questionar o duplo padrão moral na observação do comportamento de crianças e



jovens e problematizar as questões relacionadas com a cidadania íntima.

Sofia Bergano exemplificou com o prevenir a violência no namoro, não legitimar o assédio e o "piropo", refletir sobre a (in)justiça do duplo moral na interação entre pares, prevenir o bullying homofóbico ou questionar (para evitar) a internalização de uma ideologia dual de interpretação das relações entre homens e mulheres ("os homens são todos iguais"; "isso é mesmo coisa de menina").

Os comentadores de Sofia Bergano foram Joaquim Salgueiro (UGT-Bragança), Rui Maia (Universidade Fernando Pessoa) e Luísa Deimãos (SPZN).

Joaquim Salgueiro pôs o foco do seu comentário na questão das assimetrias entre escolas do nosso país, referindo as faltas de condições físicas e de materiais pedagógicos, do amianto, ou da falta de professores e de não docentes.

Rui Maia realçou o facto de a escola ser muito valiosa, muito promotora, "mas não ser suficientemente mobilizadora", lembrando que a escola tem muitos limites e que é um exemplo de reprodução de desigualdades. Por sua vez, Luísa Deimãos pôs mais uma vez o dedo na ferida: que há muita desigualdade no

interior e que "somos tratados de forma desigual".

O encerramento da Conferência de Bragança esteve a cargo de Maria da Graça Patrício (Presidente da UGT - Bragança), Orlando Pires (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela) e Lucinda Manuela Dâmaso (Presidente da UGT). Maria da Graça Patrício recordou que a educação e formação para um desenvolvimento sem desigualdades está presente na ação da União e Orlando Pires mencionou que a sua ligação ao SPZN e à FNE muito o tem ajudado a ultrapassar barreiras e desafios no seu trabalho no município de Mirandela, também como Vereador da Educação.

Finalmente, a Presidente da UGT referiu mais alguns aspetos de desigualdades no campo da Educação e formação (como as turmas excessivas ou os percursos tão diferentes entre casa e escola por parte dos alunos), não deixando de referir as múltiplas injustiças dentro da própria classe de professores.

A seu ver, o combate pelas desigualdades tem que passar pela escola, mas também obrigatoriamente pelas famílias. "Depois da reflexão que aqui fizemos hoje temos ainda mais responsabilidades na sociedade", concluiu.



Os Outros da Educação...

esquecidos em questões essenciais...



Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Terapeutas da Fala, Técnicos de Serviço Social, Psicólogos, Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, Terapeutas Ocupacionais, Mediadores Sócio-Educativos, Educadores Sociais, Animadores Sócio-Culturais, Fisioterapeutas, entre outros, são os profissionais que, em colaboração com o corpo docente, contribuem para a edificação da realidade educativa das nossas escolas.

Falamos de profissionais com experiência e/ou formação especializada na área da educação, que diariamente se dedicam a promover o bem-estar global e o comportamento adaptativo das nossas crianças a um dos seus principais contextos de vida, a Escola.

Falamos de profissionais que asseguram a supervisão de comportamentos em espaços de convívio livre, garantindo a segurança de todos, bem como o respeito pelas normas de relacionamento interpessoal saudável e construtivo.

Falamos de profissionais que promovem o desenvolvimento da área sócioemocional, cognitiva, comportamental, da linguagem/comunicação, da autonomia, motora, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento pessoal e social equilibrado das crianças o que, em última instância, favorece o sucesso escolar.

Falamos, portanto, de profissionais que dão resposta a necessidades de carácter permanente nas Escolas e que por isso são absolutamente imprescindíveis, considerando um conceito de educação que não a resume à mera transmissão de conteúdos curriculares, mas antes se responsabiliza pela formação cívica, humana, global, de cada criança.

Estes profissionais cuja dedicação e desempenho tem sido louvável, veem-se constantemente negligenciados, não reconhecidos, não apenas no seu valor profissional, mas até na sua própria identidade. São denominados de *Não Professores*, ou antes, *Não Docentes*, dito

de outra forma, são eles *Os Outros*.

Na verdade, são tão simplesmente *Técnicos da Educação*. Técnicos que exigem, de uma vez por todas, a sua colocação atempada nas escolas e em número suficiente, através de concursos regulamentados por critérios objetivos.

Exigem a sua integração nos mapas de pessoal, assegurando alguma estabilidade não apenas da dinâmica nas escolas, mas também a estabilidade emocional dos próprios profissionais, da qual a qualidade educativa tanto depende.

Exigem a efetiva implementação das Carreiras Especiais, com a concomitante definição de funções específicas, o que traduz o reconhecimento do carácter especializado da sua atividade.

Exigem que a sua gestão seja assegurada pelo ME, a entidade que de perto regula o seu trabalho.

Exigem o direito à formação gratuita e atualizada. Exigem não mais do que o absolutamente indispensável para o básico funcionamento de um sistema educativo, que se quer respeitador das nossas crianças, da sua formação e dos seus formadores.

Lígia Couto
Membro da Direção do
STAAE-ZN

FNE em Audiência Pública em Bruxelas



No âmbito da discussão sobre a futura estratégia de educação e formação da União Europeia e do Espaço Europeu de Educação 2025, o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) convidou a FNE a participar na Conferência Final do projeto “Reforçar a capacidade dos sindicatos da educação para representar as necessidades profissionais dos professores no diálogo social”, que decorreu nos dias 19 e 20 de setembro de 2018, em Bruxelas, integrando dois eventos: uma Audiência Pública (na manhã do dia 19) e uma Conferência (na tarde de 19 e no dia 20).

O objetivo da audição pública foi o de divulgar os resultados do projeto de dois anos e tornar os esforços dos sindicatos de educação mais visíveis no apoio às necessidades profissionais dos professores.

Este projeto envolveu uma pesquisa *online* e três seminários

de formação: Varsóvia, Berlim e Roma.

O relatório final estará disponível a partir de 5 de outubro próximo. A conferência final ofereceu, por seu lado, a oportunidade de discutir os resultados finais das atividades do projeto e as diretrizes práticas que apoiam as organizações membros do CSEE, na representação das necessidades profissionais dos professores, como uma questão crucial do diálogo social, quer a nível nacional, quer a nível europeu.

Os sindicatos da educação enfrentam uma crescente relutância das autoridades educativas e dos governos em consultá-los sobre questões que envolvem os sistemas educativos.

Este comportamento desviante agravou-se nos tempos de crise e alastrou-se praticamente a toda a Europa, com exceção dos países

nórdicos, onde o diálogo social é visto como uma questão sagrada para toda a sociedade.

Em matéria de desenvolvimento profissional contínuo, os governos também diminuíram consideravelmente o financiamento público, aumentando assim a responsabilidade dos sindicatos perante as necessidades de formação dos seus filiados.

Christine Blower, Presidente do CSEE, e Martin Henry, investigador da Internacional da Educação (IE) abriram a audiência pública, lembrando que todos os sindicatos da educação estão muito preocupados com o profissionalismo docente nos seus países.

A tarefa de apresentar alguns resultados do relatório coube ao professor Howard Stevenson, da Universidade de Nottingham, que tem colaborado com o CSEE em questões relacionadas com o Semestre Europeu.

Howard destacou três pontos: atrair profissionais de alta qualidade; reter os profissionais no ativo; e desenvolver os profissionais da educação, para que eles sejam o que realmente esperam vir a ser.

Na audiência foi distribuído um estudo da responsabilidade deste perito e da sua equipa, da qual fazem parte Alison Milner e Emily Winchip.



Desenvolver as carreiras dos docentes, porquê? Essencialmente por duas razões: um acesso inadequado a desenvolvimento profissional contínuo – devido a cortes dramáticos, que infernizaram as condições de vida e de trabalho no setor educativo; e também devido à necessidade de “Educar os Educadores”, através dum diálogo social com resultados, da oferta pelos sindicatos de uma formação de qualidade, do acesso a uma organização própria por parte dos professores, da construção de uma agenda e de alianças e parcerias com os parceiros sociais.

Foram de seguida apresentados três casos práticos sindicais de desenvolvimento de necessidades profissionais: Escócia: Susan Quinn (EIS) que falou sobre: “O diálogo social no desenvolvimento de necessidades profissionais” (o que se passa na Escócia é muito melhor do que se passa em Inglaterra, frisou esta colega); Roménia: Alexandra Cornea (FSLI) abordou o tema da “Informação, formação com fundos europeus”; e Itália: em que Rossella Benedetti (UIL-Scuola) desenvolveu a apresentação do “Instituto

sindical de formação de professores”.

O tema seguinte versou sobre que apoio posterior precisam os professores no seu dia a dia profissional. O alemão Ryan Plocher (GEW) falou sobre a preparação dos professores de Berlim para a profissão, a norueguesa Gunn Gallavara (UEN) sobre as competências digitais dos professores no seu local de trabalho e Christian Chevalier (UNSA) sobre o caso de França.

Por sua vez, Michel Teutsch, da Comissão Europeia, Tatyana Babrauskiene, da Lituânia (FLESTU) e Kurl Nekula, da Presidência austríaca abordaram a questão sobre “De que modo pode a Área da Educação 2025 tratar das necessidades de formação dos professores?”.

Susan Flocken, diretora europeia do CSEE, discorreu já no final desta audiência pública a respeito do “Papel dos parceiros sociais europeus da educação no reforço do perfil profissional dos professores, formadores e dirigentes escolares”.



Seguidamente, Daniel Wisniewski, Secretário-Geral da Federação Europeia dos Empregadores da Educação (EFEE) e a mesma Susan Flocken apresentaram as conclusões deste evento, enunciando os desafios presentes e futuros comuns e individuais, designadamente no âmbito do diálogo social, em que as duas organizações desenvolvem um trabalho em conjunto.

CSEE e EFEE concordaram que é necessário fazermos muito mais, no que respeita ao desenvolvimento do diálogo social nacional de cada país.



Conferência do CSEE sobre sindicatos e necessidades profissionais dos professores

Na parte da tarde do dia 19 de novembro e na manhã do dia seguinte decorreu em Bruxelas a Conferência do CSEE sobre “Reforçar a capacidade dos sindicatos da educação para representar as necessidades profissionais dos professores no diálogo social”.

As boas vindas foram dadas por Susan Flocken, diretora da organização, seguindo-se a apresentação de três casos práticos sob o lema dos “Desafios na representação das necessidades profissionais dos professores no diálogo social e além dele”, por parte de membros de três organizações sindicais: Louise Regan (NEUNUT, do Reino Unido), Emmanouil Androulakis (DOE, Grécia) e Elis Randma (EPEU), da Estónia.

Louise Regan frisou que “não há diálogo social nem negociação coletiva em Inglaterra. O currículo, estruturas e formação são na maioria decididas a nível nacional e impostas às escolas”. O desenvolvimento profissional contínuo é, em sua opinião, caro, de qualidade duvidosa,

focado apenas em alguns temas, num sistema de formação que ela considera muito fragmentado. Os participantes entrevistaram depois com questões relacionadas com o tema, tendo Christian Chevalier (UNSA, França) realçado que “os sistemas educativos europeus estão doentes”, porque as políticas públicas não os financiam como deveriam.

Seguiu-se um momento sobre “Soluções: boas práticas na representação das necessidades profissionais dos professores no diálogo social”, em que participaram Stig Lund (BUPL, Dinamarca), Borka Visnic (TUS, Sérvia) e Georgi Shoshev (PODKREPA, Bulgária), pelo que se passou a um breve período de discussão.

O segundo dia da conferência do CSEE começou com uma breve intervenção de Christine Blower, sua Presidente, seguindo-se uma apresentação das linhas práticas mais relevantes do projeto por Susan Flocken. A seguir houve espaço para um

conjunto de reflexões de dois membros do Grupo Consultivo deste projeto, mais precisamente Päivi Lyhykäinen (OAJ, da Finlândia) e Dorota Obidniak (ZNP, Polónia).

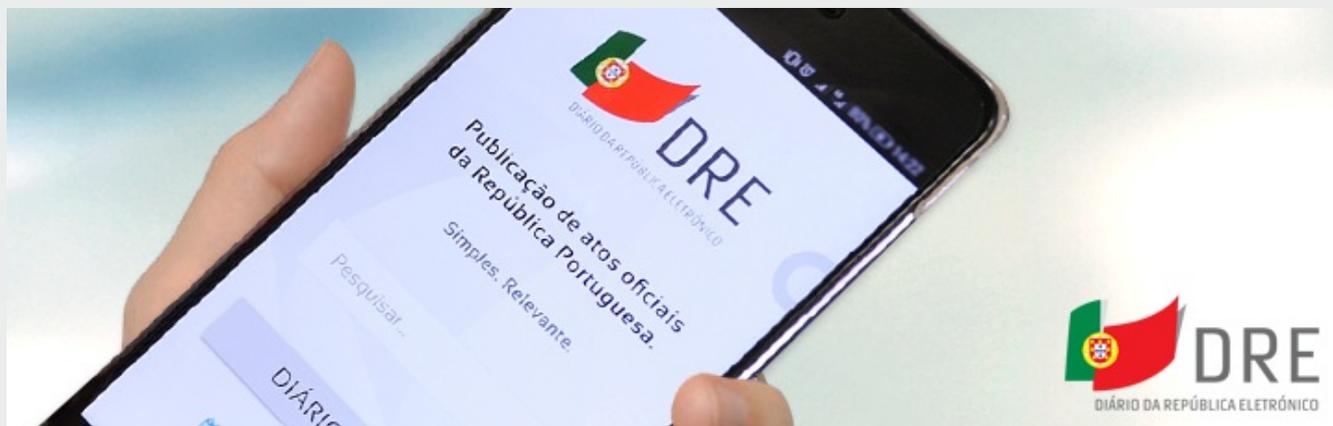
Após estas reflexões seguiu-se uma sessão com três grupos de trabalho, cada com um moderador, cujas conclusões foram depois apresentadas a todos os participantes pelos respetivos relatores: Sandi Modrijan (Eslovénia), Kristina Aaltonen (Dinamarca) e Joaquim Santos (FNE). Um período de discussão de todas as conclusões chegou antes de haver lugar às conclusões finais e encerramento desta conferência por Susan Flocken, já no princípio do período da tarde.

A principal conclusão deste projeto do CSEE coincidiu com as palavras do Secretário-Geral da FNE, no seminário do Porto do Diálogo Social, em 8 de maio de 2017, quando este afirmou “que o diálogo social não pode ser um ritual sem consequências”.

Uma segunda conclusão é que as questões do Diálogo Social, da profissionalidade docente e do desenvolvimento contínuo da profissão pertencem ao foro sindical e são os sindicatos que devem cuidar e lutar por elas, dentro do seu próprio espaço de intervenção.



Diplomas publicados em Diário da República setembro de 2018



[Despacho nº 8476-A/2018](#)
[DR nº 168/2018, 2º Suplemento,](#)
[Série II de 2018-08-31](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Homologa as Aprendizagens Essenciais das disciplinas dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais.

[Declaração de Retificação](#)
[nº 29/2018 DR nº 170/2018,](#)
[Série I de 2018-09-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a Portaria nº 229-A/2018, de 14 de agosto, que procede à regulamentação dos cursos artísticos especializados de Dança, de Música, de Canto e de Canto Gregoriano, a que se refere a alínea c) do nº 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, publicada no DR, 1.ª série, nº 156, 1.º suplemento, de 14 de agosto de 2018.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 114-A/2018 - DR nº 170/2018,](#)
[1º Suplemento,](#)
[Série I de 2018-09-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Plano Nacional de Juventude.

[Declaração de Retificação](#)
[nº 29-A/2018 - DR nº 170/2018,](#)
[1º Suplemento,](#)
[Série I de 2018-09-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica o Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, da Educação, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, publicado no DR, 1.ª série, nº 129, de 6 de julho de 2018.

[Aviso nº 108/2018 - DR nº 171/2018,](#)
[Série I de 2018-09-05](#)

Negócios Estrangeiros

Foi aprovado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Checa nos domínios da Língua, Cultura, Educação, Ciência, Juventude e Desporto com o objetivo de apoiar, desenvolver e fortalecer a cooperação nos domínios da língua, cultura, educação, ciência, juventude e desporto.

[Portaria nº 249-A/2018](#)
[DR nº 172/2018, 1º Suplemento,](#)
[Série I de 2018-09-06](#)

Finanças, Administração Interna, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação, Planeamento e das Infraestruturas e Ambiente
Alteração às condições de atribuição

do «passe [4_18@escola.tp](#)», fixadas na Portaria nº 138/2009, de 3 de fevereiro, alterada pela Portaria nº 982-A/2009, de 2 de setembro, pela Portaria nº 34-A/2012, de 1 de fevereiro, e pela Portaria nº 268-A/2012, de 31 de agosto, e alteração às condições de monitorização, fiscalização e compensação financeira do «passe [sub23@superior.tp](#)», fixadas na Portaria nº 982-B/2009, de 2 de setembro, alterada pela Portaria nº 34-A/2012, de 1 de fevereiro, pela Portaria nº 268-A/2012, de 31 de agosto, e pela Portaria nº 261/2017, de 1 de setembro.

[Despacho nº 8653/2018](#)
[DR nº 174/2018,](#)
[Série II de 2018-09-10](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Fixa os valores anuais do subsídio por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas, que funcionem na Área Metropolitana de Lisboa e na Comunidade Intermunicipal do Algarve.



[Decreto-Lei nº 72/2018](#)
[DR nº 176/2018,](#)
[Série I de 2018-09-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Cria o Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

[Despacho nº 8703/2018](#)
[DR nº 176/2018,](#)
[Série II de 2018-09-12](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
Determina a dissolução do conselho diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e a cessação do mandato de todos os seus membros.

[Despacho nº 8705/2018](#)
[DR nº 176/2018,](#)
[Série II de 2018-09-12](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
Designa, em regime de substituição, o conselho diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.

[Despacho nº 8771/2018](#)
[DR nº 178/2018,](#)
[Série II de 2018-09-14](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar
Delega nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, conforme os casos, a competência para a realização dos procedimentos concursais comuns restritos a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP).

[Declaração de Retificação](#)
[nº 670-A/2018 -DR nº 178/2018,](#)
[2º Suplemento,](#)
[Série II de 2018-09-14](#)

Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação
Procede à retificação do Despacho nº 7424/2018, de 6 de agosto, publicado no DR, 2.ª série, nº 150, de 6 de agosto de 2018 [Reconhecimento da profissionalização em serviço mediante a conclusão do curso ministrado pela Universidade Aberta].

[Decreto-Lei nº 73/2018](#)
[DR nº 179/2018,](#)
[Série I de 2018-09-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou em idade inferior.

[Despacho nº 8890/2018](#)
[DR nº 182/2018,](#)
[Série II de 2018-09-20](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto
Aprova a tabela de taxas e outras receitas referentes à prestação de serviços e utilização das instalações afetas ao Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P..

[Despacho nº 8906-A/2018](#)
[DR nº 182/2018, 2º Suplemento,](#)
[Série II de 2018-09-20](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar
Delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas para a realização de procedimento concursal comum.

[Despacho nº 8961/2018](#)
[DR nº 184/2018,](#)
[Série II de 2018-09-24](#)

Educação - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Delegação e subdelegação de competências nos Delegados Regionais de Educação.

[Despacho nº 9052/2018](#)
[DR nº 186/2018,](#)
[Série II de 2018-09-26](#)

Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação
Nomeação para o cargo de coordenador da estrutura de coordenação no Canadá.

[Despacho nº 9053/2018](#)
[DR nº 186/2018,](#)
[Série II de 2018-09-26](#)

Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação
Nomeação para o cargo de coordenador da estrutura de coordenação da Venezuela.

[Despacho nº 9058/2018](#)
[DR nº 186/2018,](#)
[Série II de 2018-09-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Gabinetes dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação
É renovada a comissão de serviço à licenciada Ana Palmira Antunes de Almeida, no cargo de Secretária-Geral Adjunta da Educação e Ciência.

[Despacho nº 9157/2018](#)
[DR nº 188/2018,](#)
[Série II de 2018-09-28](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação
Subdelegação de poderes na Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, mestre Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arraios Faria.





Aveiro

Centro Cultural e de Congressos

20 e 21 de outubro 2018



POR UMA ESCOLA

PRESTIGIADA

Profissionais valorizados

FICHA TÉCNICA
SETEMBRO 2018

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato
Democrático dos Professores dos Açores *
Sindicato Democrático dos Professores da
Madeira * Sindicato dos Professores nas
Comunidades Lusiadas * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Norte * Sindicato dos
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

responsável administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

